

---

## UM OLHAR SOBRE AS EDIFICAÇÕES ESCOLARES DA CIDADE DE PELOTAS, RS (1889-1930)

**Estela Maris Reinhardt Piedras**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)  
[estelapiedras@hotmail.com](mailto:estelapiedras@hotmail.com)

**Raquel Azambuja Santos**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)  
[raquel.ufpel@gmail.com](mailto:raquel.ufpel@gmail.com)

No campo da História da Educação ampliam-se os estudos sobre os espaços e a arquitetura escolar, sendo abordados sob diferentes perspectivas. O objetivo deste estudo é investigar os aspectos observados na relação entre os edifícios escolares, a rua e a cidade, bem como os condicionamentos que a urbanização, o higienismo e as políticas educacionais do período da Primeira República (1889-1930) trouxeram para a configuração dos edifícios escolares de Pelotas, RS.<sup>16</sup>

Fundamentado teórica e metodologicamente nas perspectivas da cultura material escolar, por meio da pesquisa documental explora fontes como relatórios da intendência, almanaques, jornais. Para a pesquisa empírica, os bens culturais adotados como fontes são os próprios edifícios escolares. Assim, buscamos analisar não apenas o espaço escolar mas sua disposição na trama urbana.

Para isto, iniciamos abordando algumas ideias sobre a arquitetura escolar. De acordo com Viñao Frago (2001), um aspecto que precisa ser estudado é a categoria lugar, que, para além de ser um espaço geográfico, é principalmente um conjunto de vivências, memórias e significados culturais. Embora dependa do

---

<sup>16</sup> Este artigo é o recorte de um estudo mais amplo sobre a história da arquitetura escolar em Pelotas/RS, durante a Primeira República 1889-1930, enfocando os edifícios construídos no meio urbano, especificamente para fins educacionais, e ainda hoje preservados. Ver: Tese intitulada “EDIFÍCIOS ESCOLARES E EDUCAÇÃO EM PELOTAS-RS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)”.

espaço, o lugar está identificado em relação ao uso e às representações que se têm dele.

Para Escolano (2001), não apenas o espaço-escola tem de ser avaliado como elemento curricular, mas também a localização, a disposição dele no traçado urbano das povoações. Essa questão estava em discussão na Espanha em 1911, momento em que foram sendo traçadas diretrizes determinantes. Segundo Escolano (2001), em primeiro lugar estava a preocupação com a higiene, elegendo um local elevado, seco e bem arejado. Mas os cuidados deveriam ser também de ordem moral, evitando lugares de vizinhança perniciosos. Outro critério era a preferência pela localização das escolas em bairros periféricos, atentando para que não estivessem muito distantes das residências das crianças e fossem escolhidos lugares próximos às praças e jardins ou ruas largas e espaçosas.

Segundo Viñao Frago (2001), estas propostas buscavam seguir, no âmbito pedagógico, uma clara tendência do planejamento e ordenação urbana, promovida com diferentes propósitos, nos quais os estabelecimentos de ensino apareciam como espaços demarcados e regulados quanto à sua localização, extensão, e destinação futura a determinado tipo de ensino. A origem dessa relação entre planejamento urbano e educação se encontra nas primeiras tentativas de levar para a prática, em termos concretos, os projetos que pretendiam uma reforma social ou a criação de uma nova sociedade.

No Brasil, durante a Primeira República, atentando para os aspectos urbanos, quando a escola passou a ter o seu edifício específico, o planejamento voltou-se também para a escolha do local de implantação. Deveriam ser levadas em conta recomendações quanto aos aspectos físicos e geográficos do terreno e sua relação com o entorno. A preocupação com as questões de higienistas eram explicitadas: deveriam construir as escolas em terrenos que não acumulassem umidade, protegidos do vento e com insolação adequada, distantes de locais ruidosos e insalubres, manter o isolamento do edifício em relação ao solo, e o afastamento das demais construções, conforme relata Castro (2010).

Estudos de Veiga (1994) vem ao encontro das ideias de Viñao Frago (2001), de que não era possível dissociar os planejamentos urbanos dos planos para a

instrução pública, pois, conforme o primeiro autor, no século XIX a urbanidade passa pelas premissas pedagógicas das instituições escolares, isto é, a *urbs* e a *civitas* são possíveis quando mediadas pela escola, num processo que desdobra as mesmas características da cidade como espaço de organização do saber, de privilégios, de exclusões e de relação de trabalho. Enquanto parte do tecido social, a experiência da escola não diz respeito apenas o repertório das reformas, leis projetos, intenções, “mas expressa as profundas alterações nas concepções de vida e sociedade e mais, nas formas de sobrevivência material e cultural que se impõem no mundo ocidental” (VEIGA, 1994, p. 327).

A cidade de Pelotas acompanhou o intenso processo de urbanização e modernização no Brasil, a efetiva industrialização do local trouxe transformações, impôs-se uma nova matriz social e a racionalidade industrial aplicou-se a toda a sociedade e ao espaço. A disciplina da fábrica se diferenciava da vida anterior das pessoas que até então habitavam no espaço urbano. Para além do disciplinamento da força de trabalho, a elite local já tinha consciência dos conflitos sociais gerados pela concentração do proletariado industrial em determinados espaços da cidade, relata Soares (2001).

A escolarização era o caminho para modificar a cultura dessa população. Neste período algumas congregações católicas começaram a se instalar na cidade e a fundar instituições educacionais privadas. A maçonaria teve atuação fundamental no cenário educacional pelotense, onde encontrou um contexto propício para a propagação de seus ideais. Os poderes públicos estadual e municipal também investiram nas instituições escolares.

Os primeiros grupos escolares se estabeleceram associando a educação ao laicismo, à obrigatoriedade e à gratuidade. Novos modelos com organização didático-pedagógica mais racional estruturavam-se em edifícios escolares divididos por salas para atender a um conjunto maior de professores. Distintamente do que ocorria quando as escolas domiciliares predominavam a educação local, cujos espaços eram únicos, dirigidas e organizadas por somente um mestre. Pelotas viveu, “no campo educacional, uma fase modernizadora entre meados dos anos 1920 até o início dos 30, momento esse em que as ideias que aqui

circularam, estavam em absoluta consonância com o movimento renovador do restante do país” (PERES; CARDOSO, 2004, p. 98).

Nesse contexto, a pujança econômica, a instalação gradual dos processos de industrialização e a urbanização da cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX, bem como os ideais positivistas dos governantes, permitiram vislumbrar o investimento na construção de escolas como fator de modernização cultural e educacional. Assim, damos prosseguimento ao estudo enfocando as relações dos edifícios escolares com o meio urbano e da escola com a sociedade.

Alteridades e contrastes caracterizaram o aspecto social urbano da cidade de Pelotas, e, conjuntamente, os edifícios escolares e a escola nesse período. Observamos que o aspecto da cultura material do edifício escolar é importante para compreender a história da escola no meio social. Nesse sentido, apresentaremos uma análise da localização das instituições escolares implantadas no meio urbano de Pelotas neste período, relacionando o espaço escolar definido pelos edifícios com a estrutura urbana.

Buscamos, sobretudo, enfatizar o diálogo do edifício escolar com a cidade e a relação da escola com a sociedade, apoiados para esta análise, nos fundamentos da categorização estabelecida por Viñao Frago (2001, p. 77) na sua pesquisa “Do espaço escolar e da escola como lugar: Propostas e questões”, relacionando-os com a implantação dos edifícios escolares em Pelotas (1889-1930).

Os resultados destas análises apontam que as escolas privadas apresentavam uma arquitetura que se caracterizava pelo encerramento ou clausura em relação à rua e a cidade. Já, as escolas públicas encontravam-se sem cercamentos visuais ou com barreiras físicas pouco significativas, estando totalmente ou parcialmente integradas à rua, oferecendo visibilidades dos seus espaços, buscando um aprofundamento das relações da escola com a sociedade como um todo, promovendo uma transformação social, especialmente com as famílias do entorno.

**Palavras-chave:** história da educação, arquitetura escolar, edifícios escolares, Primeira República.

## Referências:

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **A arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. Tese de Doutorado Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2010.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: D. P. & A., 2001.

PERES, Eliane T.; CARDOSO, Aliana A. A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas: A Criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção. **Cadernos de História da Educação**, n.º. 3, jan./dez., 2004, p. 97.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em Revista**. Volume 7. Portal de Periódicos da UFPel, Pelotas, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: D. P. & A., 2001.

---

## O ACERVO CARMEN DA SILVA: UMA SAGA POR RECONHECIMENTO SOCIAL

Fabiana Pinheiro da Costa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[fabiana.pinheirodc@gmail.com](mailto:fabiana.pinheirodc@gmail.com)